

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.448.059 - RJ (2019/0048659-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**
ADVOGADOS : **LEONARDO TURRINI COSTA E OUTRO(S) - RJ126632**
LIVIA NOGUEIRA LINHARES PEREIRA PINTO QUINTELLA -
RJ125421
AGRAVADO : **VAGNER MAURICIO DA SILVA**
AGRAVADO : **LEA DAS GRACAS MAURICIO DA SILVA**
ADVOGADOS : **CARLA RÊGO DOS SANTOS E OUTRO(S) - RJ143056**
AMANDA DE MORAES BARROS VICENTE - RJ142187

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DECISÃO REJEITOU IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU SOB O ARGUMENTO DE QUE O MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO FOI REMETIDO PARA ENDEREÇO NO QUAL A AGRAVANTE NÃO EXERCE QUALQUER ATIVIDADE, PLEITEANDO A NULIDADE DA CITAÇÃO. SIMPLES CONSULTA AO SITE DO GOOGLE QUE DEMONSTRA QUE A RÉ, ORA AGRAVANTE, POSSUI ESTABELECIMENTO NO ENDEREÇO DECLINADO NA INICIAL E ONDE OCORREU A CITAÇÃO. ADEMAIS, EM ANÁLISE DO AR ACOSTADO À FL. 32 DO PRESENTE AGRAVO DE INSTRUMENTO, NÃO SE VERIFICA NENHUMA IRREGULARIDADE APONTADA, EIS QUE CONSTA CLARA IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR DO OBJETO E, EM QUE PESE NÃO HAVER ESTE APONTADO A DATA DO RECEBIMENTO, CONSTA NO DOCUMENTO APOSIÇÃO DE CARIMBO DATADOR DOS CORREIOS, AO QUAL ATENDE AOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO CRONOLÓGICA DA ENTREGA REALIZADA. DESTA FORMA, AFASTA-SE A ALEGAÇÃO DE FALTA DE CITAÇÃO VÁLIDA, CONFORME BEM DECIDIDO NA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO" (fls. 22-23, e-STJ).

Os embargos declaratórios foram rejeitados (fl. 43, e-STJ).

No recurso especial, a recorrente alega que houve violação dos arts. 260, II, 242, 248, 280, 281 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta, em suma, ter comprovado que jamais teve sede ou filial no endereço indicado pelo recorrido e, portanto, não foi citada.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. (e-STJ).

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso não merece prosperar.

Inicialmente, observa-se que o tribunal de origem indicou adequadamente os motivos que lhe formaram o convencimento, analisando de forma clara, precisa e completa as questões relevantes do processo e solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em prestação jurisdicional lacunosa ou deficitária apenas pelo fato de o acórdão recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Ademais, quanto à alegada indicação errônea do endereço da recorrente, o aresto recorrido esclareceu:

"(...)

Em que pese os argumentos da embargante que jamais teve sede ou filial no endereço declinado pelo embargado, em consulta realizada no sítio da GOOGLE, verifica-se que esta possui estabelecimento no endereço declinado na inicial e, onde ocorreu a citação.

(...)

Ademais, em consulta ao sítio deste Tribunal, verifica-se que a embargante fora intimada em 21/03/2016, via DJERJ, para cumprir voluntariamente a sentença, no prazo de 15 dias, sob pena de multa e penhora.

Ressalta-se que o aviso de recebimento foi positivo o que, presumido-se a veracidade do endereço da embargante, salvo prova em contrário o que deveria ser produzida pela mesma.

(...)

Por fim, ao analisar o AR acostado à fl. 32 do presente agravo de instrumento, não se verifica nenhuma irregularidade apontada, eis que consta clara identificação do recebedor do objeto e, em que pese não haver este apontado a data do recebimento, consta no documento aposição de carimbo datador dos Correios, ao qual atende aos requisitos necessários para identificação cronológica da entrega realizada" (fls. 45-46, e-STJ).

Nesse contexto, não é possível a esta Corte apreciar o entendimento exarado na origem, porquanto teria que, necessariamente, rever o contexto fático-probatório dos autos, procedimento inviável nesta via extraordinária, consoante disposto na Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

